

## A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO PSICOPEDAGOGO EDUCACIONAL

PINTO, Grasiela Regina Bueno

RU: 2585102

INOCENCIO, Sabrina de Fátima

RU: 2584236

SANTOS, Valério Xavier dos

### RESUMO

Este texto tem por objetivo orientar o psicopedagogo sobre como se dá o processo de aprendizagem, bem como, ampliar seus olhares para uma nova visão das dificuldades apresentadas nesse processo e do fracasso escolar presentes no dia a dia, orientando-os em como agir para obter uma aprendizagem significativa. A metodologia foi a pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa, pesquisando em livros e artigos científicos dos últimos 15 anos.

**Palavras-chave:** Psicopedagogia, Psicopedagogo Educacional, Escola, Dificuldade de Aprendizagem.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura apresentar uma reflexão sobre as dificuldades de aprendizagem presentes nas escolas e a importância do seu diagnóstico, a busca por soluções em parceria com todos os envolvidos: profissionais, sujeito, família e escola, sendo este tema de conhecimento de muitos educadores, com vários estudos realizados, no entanto ainda se observa no cotidiano escolar pouca ação, muitas dúvidas e paradigmas diante desta situação. E estas ações, estes paradigmas serão discutidos e refletidos no desenvolver deste trabalho, na busca por caminhos que facilitem o processo ensino e aprendizagem, auxiliando escola e família nas intervenções junto a este sujeito.

Objetiva-se, com este trabalho, facilitar o processo de aprendizagem dos sujeitos que apresentam no decorrer do seu desenvolvimento escolar, alguma dificuldade de aprendizagem, que por vezes demora a ser diagnosticada pela escola e até mesmo aceita, compreendida pelas famílias. E mesmo após este diagnóstico, é imprescindível que cada segmento (sujeito, família, educador)

faça a sua parte, sabendo como proceder, principalmente o professor, tendo clareza das suas ações, a importância das intervenções diante daquele aluno, e da dificuldade apresentada; conhecendo das dificuldades e sabendo como planejar as suas atividades e intervir com este sujeito. Para a realização deste trabalho utiliza-se pesquisa bibliográfica. O ser humano vive em constante aprendizado, ou seja, nasceu para aprender, para descobrir e apropriar-se de todos os conhecimentos desde os mais simples até os mais complexos, isso que lhes garante ser participativo, crítico, criativo, capaz de transformar o meio. A educação ocorre com a interação, apropriação e pela intensa busca pelo saber, onde a mesma não existe por si só e sim por uma ação conjunta entre professores e alunos que cooperam e se comunicam do mesmo conhecimento. Por isso, educar não é um ato, indefinido imprevisível, mas um ato histórico (tempo), cultural (valores), social (relação), psíquico (inteligente), afetivo e existencial (concreto). Cabe a nós educadores o compromisso de garantir a educação dos alunos de forma ampla, não restrita apenas a planejamento, mas a todos os ensejos e situações educativas. Assim procedendo, o educador contribui para a criação de novos caminhos de aprendizagem interligando os desenvolvimentos intelectual, social, coletivo e individual das crianças. Diante do relatado, o problema diagnosticado para a pesquisa consiste na seguinte indagação: como devemos tratar dos distúrbios da aprendizagem no ensino fundamental utilizando os procedimentos da psicopedagogia?

Para melhor esclarecimento, é necessário discorrer sobre os fatos históricos mais marcantes na educação nacional, e é de suma importância os relatos de leis regentes na Educação Brasileira para que se possa compreender os princípios do processo de desenvolvimento da aprendizagem. O Sistema Educacional incumbiu aos educadores a responsabilidade e o dever de zelar pela aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos juntamente com a política pedagógica, portanto, se fez necessário entender melhor sobre as concepções pedagógicas, por esse motivo a segunda parte da pesquisa será dedicada a esse assunto.

O trabalho de conclusão de curso foi efetuado no intuito de esclarecer um perfil coerente sobre as causas que contribuem para as dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização, dando ênfase para o processo de

desenvolvimento da inteligência e construção do conhecimento na criança cuja percepção fica mais óbvia no início da escolarização.

No decorrer da pesquisa ocorreram algumas objeções que levaram ao estudo de que algumas crianças não chegam ao objetivo desejado por causas próprias e individuais, tais como: a dislexia, a disortografia e outros problemas que muitas vezes apresentados em sala de aula, em decorrência das propostas pedagógica, da ausência de planejamento e de alguns equívocos da prática do professor em relação a alfabetização. O intuito da pesquisa realizada não é analisar a prática docente da escola e sim estabelecer algumas estratégias de ensino, e o que realmente ficou de importante não é apontar erros cometidos durante o processo de aquisição dos alunos, mas sim seguir um objetivo que deve ser comum a todos os educadores, portanto, seria a alfabetização e o sucesso de todos os alunos em seu processo de escolarização.

O trabalho será estruturado da seguinte forma: Introdução – contendo os objetivos do presente estudo, justificativa do tema escolhido e fundamentação teórica; Primeiro Capítulo abordando como as crianças aprendem, o processo ensino e aprendizagem e as formas de intervenção; Segundo Capítulo aprofundará o estudo sobre as dificuldades de aprendizagem (o que são?) e a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola, diante desta problemática; Terceiro Capítulo desenvolverá sobre o diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem, como facilitar as ações no âmbito escolar e familiar após o diagnóstico e no decorrer do tratamento, e, reiterando a importância, o papel do psicopedagogo neste processo. Por fim, teremos a Conclusão, contendo as observações finais, com alguns apontamentos e contribuições.

No decorrer da pesquisa ocorreram algumas objeções que levaram ao estudo de que algumas crianças não chegam ao objetivo desejado por causas próprias e individuais, tais como: a dislexia, a disortografia e outros problemas que muitas vezes apresentados em sala de aula, em decorrência das propostas pedagógica, da ausência de planejamento e de alguns equívocos da prática do professor em relação a alfabetização. O intuito da pesquisa realizada não é analisar a prática docente da escola e sim estabelecer algumas estratégias de ensino, e o que realmente ficou de importante não é apontar erros cometidos durante o processo de aquisição dos alunos, mas sim, seguir um objetivo que

deve ser comum a todos os educadores, portanto, seria a alfabetização e o sucesso de todos os alunos em seu processo de escolarização.

O programa pedagógico consiste em superar as dificuldades iniciais de forma a favorecer lhes a aprendizagem e o desenvolvimento e acontece na própria escola, em horário complementar, com alunos selecionados para atendimento através de um sistemático diagnóstico psicopedagógico.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A educação é um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual, moral e social do ser humano, é um processo social que embora assumindo formas diversas, é comum a todas as comunidades humanas. É através da mesma que se formam indivíduos aptos a viverem e sobreviverem em sociedade. A educação pode desenvolver um papel transformador (CURTO; MORILLO; TEIXIDO, 2000).

Autores como Marx e Platão tinham em comum a convicção de que a educação dá às pessoas autonomia para mudar suas vidas. Ao mesmo tempo em que conforma as pessoas às normas e ao modo de vida estabelecidas pela sociedade, a educação também pode ser um instrumento de mudança social e de autonomia individual.

Na modernidade torna-se cada vez mais importante garantir e sistematizar o acesso dos indivíduos às múltiplas informações e códigos de ação que a participação na vida social envolve, justamente pelo alto índice de desenvolvimento tecnológico, a sociedade se torna alvo da constante modificação, portanto, a educação deve estar atenta para as novas e complementares demandas exigidas pela comunidade (FERNANDEZ, 1991).

A educação, então, se percebe bem mais como um mecanismo de controle social, ou seja, preparar o jovem para o mercado de trabalho de que como um condicionamento para a liberdade do homem com o intuito de desenvolver sua compreensão do mundo possibilitando melhorar a qualidade de vida. A educação se diz neutra, mas é carregada de estigmas de opressão e de poder, onde sua base é o crescimento financeiro do país (MARCELINO, 1998).

O modelo escolar de alfabetização nasceu em 1879, na França, após a Revolução Francesa a partir daí as crianças se transformaram em alunos, para

aprender a ler, a escrever, supondo que a escrita e a leitura eram uma aprendizagem distinta e anterior a escrever. Analisando a evolução em torno da alfabetização escolar no século XX, é possível definir em linhas gerais, três períodos. O primeiro período compreende à primeira metade do século XX, focalizada estreitamente no ensino, buscando um melhor método para ensinar a ler. A discussão mais fervorosa travou-se entre os defensores e métodos globais (Analítico oferecer ao aluno palavras, frases ou textos pequenos para que ele fizesse uma análise e chegasse às partes, que são as sílabas e letras) e os defensores do método Fonético ou Sintático que ao contrário, propunha que o aluno aprendesse as letras, as sílabas, e o som das mesmas para depois chegar às palavras e as frases (BASSEDAS, 1996).

No Brasil, essa discussão caiu em desuso a partir da difusão do método, identificado como “misto”, ou seja, a cartilha, baseada em análise e síntese e estruturada a partir de um silabário.

No segundo período, cujo pico foi nos anos 60, as discussões sobre alfabetização foram marcadas em torno das questões vinculadas ao fracasso escolar. Buscava-se no aluno, a razão de seu próprio fracasso, predominaram as ideias liberais na educação com o surgimento da Nova Escola centrada na criança e nos métodos renovadores, em oposição a educação tradicional (COLL, 1994).

É resultado desse período a teoria chamada “Teoria Déficit” (cognitivos, psicológicos, perceptivo-motores, linguísticos) e que certas crianças fracassam por não dispor dessas habilidades prévias.

No terceiro período começa em meados dos anos 70 marcado por uma mudança de paradigma. O desenvolvimento da investigação nessa área mudou radicalmente seu enfoque, seus questionamentos. Em lugar de procurar correlações que explicassem o déficit dos que não conseguiam aprender, começou-se a tentar compreender os que conseguiam aprender a ler, e escrever sem dificuldades e principalmente, o que pensam a respeito da escrita, os que ainda não se alfabetizaram (OLIVEIRA, 2009).

Um trabalho de investigação que desencadeou intensas mudanças na maneira de os educadores brasileiros compreenderem a alfabetização foi o coordenado por Emília Ferreiro e Ana Teberosky em 1985.

A partir dessa investigação, foi necessário rever as concepções nas quais se apoiava a alfabetização. A constituinte convocada no ano seguinte, e instalada em 1987, conseguiu reunir a maioria dos setores organizados em sociedade, quer público, quer privados, para debaterem os problemas educacionais e encaminharem os princípios básicos de um novo plano de educação para os pais que pudessem pôr fim ao analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. Esses princípios estão na Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988. A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, complementando os princípios estabelecidos na Constituição de 1988 (OLIVEIRA, 1995).

Nos últimos 50 anos, mudanças ocorreram no panorama social, político e econômico, e em especial após 1988, fazendo emergir um tema de ampla discussão e que diretamente afeta a todos nós, a importância de formarmos cidadãos conscientes, críticos, responsáveis e participativos.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996 em seu artigo 3º estabelece que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar etc.;
- III – Pluralismo a ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – Respeito a liberdade e apreço à tolerância;
- V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – Valorização da experiência extraescolar;
- VIII – Gestão democrática do ensino público;
- IX – Garantia de padrão de qualidade;
- X – Valorização de experiência extraescolar;
- XI – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Tal expectativa está sinalizada na Constituição Brasileira e explicitada na LDB, ao estabelecer que a educação será ministrada, oferecendo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e inspirada nos princípios de liberdade de aprender, no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e

nos ideais de solidariedade humana. Nesse espírito, o vínculo entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais são condições para o alcance das finalidades da educação nacional: o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (ALARCÃO, 2003).

O papel da educação no mundo contemporâneo coloca, portanto, para a escola, um horizonte mais amplo e diversificado. É preciso ter em vista uma formação de estudantes capazes de adquirir e desenvolver novas competências, em função de novos saberes que se produzem e que demandam um novo tipo de profissional, preparo para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capazes de responder a novos ritmos e processos. A escola reafirma-se, assim, como um espaço de formação e informação que deve possibilitar o desenvolvimento de capacidades que permitam compreender e investir nos fenômenos sociais e culturais e garantir que os alunos possam ter acesso e compreender o produto das culturas nacionais e universais (BRAGA, 1998).

De acordo com o artigo 32 da Lei nº. 9.394/96, que trata especificamente do objetivo fundamental que é a formação básica do cidadão, mediante seu desenvolvimento da capacidade de aprender, seu pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo, da compreensão do ambiente natural e social, político, tecnológico, cultural e dos valores que se fundamenta a sociedade; de seu desenvolvimento na aprendizagem, com aquisição de habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca. Segundo Alarcão (2003, p. 52),

A escola não pode concentrar-se em reunir pessoas fazendo aderir a valores comuns. Deve, também, responder a questão: viver juntos, com que finalidade, para fazer o quê? E dar a cada um, ao longo de toda a vida, a capacidade de participar ativamente, num projeto de sociedade.

A escola deve responder pelo desenvolvimento dos educandos, assegurar sua formação comum para o exercício da cidadania, para sua participação ativa de transformação; criar condições que favoreçam o desenvolvimento da compreensão e do espírito crítico em relação ao mundo do aluno. Fornecer condições para que ele possa progredir em seus estudos (AMORIM, 1999).

Muitos pais e educadores não encontram a resposta para esta pesquisa: porque as crianças saudáveis, com desenvolvimento adequado, com ótimo potencial intelectual e habilidades em diferentes áreas como informática, videogames, esportes e outras, apresentam dificuldades na aprendizagem escolar como ler, escrever, fazer cálculos ou ainda, mostram-se inquietas a ponto de não conseguirem manter a atenção e concentração nas aulas e nas tarefas escolares?

O termo “problemas de aprendizagem” é bastante amplo, engloba diferentes problemas, com causas das mais variáveis possíveis. Essas crianças não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizagem dos colegas e se não atendidas adequadamente tornar-se-ão vítimas do fracasso escolar (BOSSA, 1994).

O aprendizado é um processo bastante complexo, e deve-se sempre ter em mente que esse problema muitas vezes não está na criança e sim em seu ambiente, como na família ou na própria escola. A criança em questão sofre muito por não conseguir corresponder às expectativas criadas pelos pais, professores e por ela mesma, pois sendo uma criança com potencial ela se frustra por não conseguir produzir da mesma forma que os outros indivíduos de sua sala. De acordo com Sana (2005, p. 11-12),

Muitas vezes estas crianças são rotuladas como ‘preguiçosas, bagunceiras e até burras’. Quanto mais tarde for diagnosticado o problema, mais danos causará ao seu emocional, pois a autoestima da criança que não está conseguindo aprender vai diminuindo, podendo tornar-se agressiva, introspectiva ou ainda apresentar outros sintomas que nada mais são do que um pedido de socorro. Cabe aos pais e professores, cujo estes fazem parte do cotidiano da criança, ter o máximo de atenção a criança que demonstra algum tipo de dificuldade ou comportamento inadequado, para que as devidas medidas sejam tomadas em tempo de não causarem problemas comportamentais e emocionais mais sérios.

Existem inúmeros fatores que podem desencadear um problema ou distúrbio de aprendizagem. São considerados fundamentais: Fatores psicológicos – Traumas / problemas familiares, inibição, ansiedades etc. Fatores orgânicos – Desnutrição, anemia ou distúrbios como: hiperatividade, dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia etc. Fatores ambientais – Inadequação dos métodos aplicados em aprendizagem, despreparo dos professores, tipo de educação familiar etc. (BAUER, 2001).



As dificuldades de aprendizagem acontecem durante o percurso acadêmico das crianças. Uma das maiores causas de dificuldades de aprendizagem acontece na alfabetização ou mesmo no período pré-escolar, levando estas crianças a encontrarem dificuldades em acompanhar o currículo escolar. É nos primeiros dias de vida que os bebês estarão iniciando os processos de aquisição da leitura e da escrita, através da aquisição da linguagem oral. Desta forma, podem ocorrer em 5 etapas: 1º - Aquisição dos significados, isto é, a criança adquire através de suas experiências com seu meio a noção e a função dos objetos que fazem parte de seu dia-a-dia. Ela começa a perceber que tudo tem nome; 2º - Os objetos adquirem significados para a criança. É a compreensão da palavra falada. Associa nomes aos objetos; 3º - Expressão da palavra. Início da linguagem oral, que a princípio se desenvolve por imitação dos adultos, isto é, a criança compara os sons falados e imita-os. Aqui vem a importância dos pais ou responsáveis pela criança de falarem corretamente, pois ela reproduzirá o que está ouvindo, agora verbalmente, e mais tarde também na escrita; 4º - Compreensão da palavra impressa (leitura); 5º - Expressão da palavra impressa (escrita) (CAMPOS, 2009).

Estas etapas que envolvem a compreensão são anteriores às etapas que envolvem a expressão. Primeiro há a familiarização dos objetos, depois há a correspondência objeto-nome, depois a expressão da palavra oral (fala) para depois adquirir a leitura e a escrita. Desta maneira, qualquer dificuldade e/ou problema que porventura afete uma determinada etapa, a posterior também será afetada (DROUET, 2000).

O termo de distúrbio de aprendizagem foi citado pela primeira vez em 1963, refere-se a vários problemas ao processamento de informações. Segundo Mykbust distúrbio de aprendizagem é o retardo ou distúrbio específico de um ou mais processo de fala, linguagem, percepção, comportamento, leitura, escrita e aritmética (LERNER, 2002).

A Associação Brasileira de Dislexia (ABD) menciona que o distúrbio de aprendizagem é um distúrbio específico da linguagem de origem constitucional caracterizada pelas dificuldades em codificar palavras simples.

A criança com distúrbio de aprendizagem apresenta algumas características diferenciadas, que é importante de serem observadas. As características mais encontradas são: quanto à linguagem oral, iniciará

tardiamente ou repetidamente, alterando a estrutura sintática, demonstrando dificuldade na palavra certa para expressar ideias que parecem compreender, em versões de palavras, inabilidade para se concentrar e compreender a linguagem falada. Quanto à grafia, percebe-se que a emissão oral será melhor, a criança apresenta dificuldade nas estruturas sintáticas das sentenças utilizando-se de gírias, sentenças incompletas e gramaticalmente incorretas; erros ortográficos (omissões, inversões, transposições); inabilidade de copiar corretamente de um livro ou lousa, escrita lenta, desempenho gráfico pobre, incluindo letras com traçados incorretos e uso incorreto do espaço (CASTORINA; et al. 1997).

Na leitura, a criança apresenta-se de forma lenta e com o ritmo modificado, como também o domínio fonético, a retenção e compreensão insuficiente, dificuldade em identificar os pontos mais importantes do tema, confusão de palavras semelhantes e dificuldade para assimilar, o vocabulário novo. Na matemática terá domínio completo de fatos básicos, onde poderá apresentar inversões de números, confusão de símbolos operacionais especialmente adição e multiplicação, quando copiar poderá apresentar uso incorreto de um número de uma linha para outra, dificuldade em invocar sequências de operações e em compreender a proposição do problema (FREIRE, 2003).

Pode-se encontrar deficiências em diversas outras áreas, como capacidade de raciocínio, habilidade de organização de estudo e habilidades sociais, dificuldades de abstração em seguir instruções com sequências específicas, ou na interpretação detalhada de mensagens não-verbais, como, por exemplo: mudança na expressão facial, ou tom de voz, poderá ser indicativo de uma inabilidade nessa área (PERRENOUD, 2004).

Existem sinais que deve-se detectar na pré-escola e na idade escolar, para os quais, tanto os pais quanto os professores devem estar atentos, quando se realiza uma avaliação fonoaudiológica ou quando os pais comparecerem com queixa: de falta de atenção, demora para falar, apresenta dificuldades de aprender rimas-canções, ou quando são encaminhadas pelas professoras da pré-escola com anotações de dificuldade em visualizar detalhes de desenhos, falta de coordenação motora fina-grossa, dificuldade em quebra cabeça, falta de

interesse por livros e impressos, não apresentará uma socialização adequada com os colegas (SANA, 2005).

Segundo a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), o cérebro de uma criança disléxica mostra anormalidades no córtex posterior esquerdo, na região da linguagem.

É a função do professor, o dever de estar cada vez mais atento com a necessidade dos alunos e estar em constante aprendizado enriquecendo e melhorando sua atividade profissional como professor, estar sempre aberto para as novidades, vivenciando novas experiências e principalmente favorecendo o aprendizado dos educandos, deve estar também apreensível com a integração com o aluno, proporcionando a eles possibilidades de tornarem atuantes, com ideias próprias, raciocínio flexível e seres mais confiantes e felizes (PERRENOUD, 2002).

Qualquer dificuldade escolar (independente das causas) deve ser motivo de preocupação de todos os responsáveis pela educação envolvendo professores, diretores, coordenadores e familiares na tentativa de elaborar uma estratégia de ajuda, que auxilie a criança a superar os obstáculos que vão tornando impossível o ato de aprender a ler e a escrever (GOLDSTEIN; TEBEROSKY, 1999). Apresentaremos alguns princípios que poderá auxiliar a tarefa do educador:

- O educador deve estar motivado e preocupado em atrair e tornar os alunos interessados para aprender.
- O professor atual deve ser um pouco ator, humorista, criar situações para que participem ativamente das aulas. O importante é não cair na rotina da sala de aula puramente expositiva, sem atrativo algum, como nos velhos tempos.
- Envolver os pais para o aprendizado escolar dos seus filhos. A educação de uma criança, em todos os sentidos, deve nascer no seio familiar e se estender a todos os ambientes que ela frequentar.
- Saber lidar com os alunos com dificuldades no aprendizado, mais uma vez, aqui o professor terá de mostrar seu talento, versatilidade e compreensão para perceber, colaborar com a individualidade de seus alunos.
- Saber agir com crianças que fazem de tudo para chamar a atenção na sala de aula – a forma mais eficaz de lidar com essas crianças é simplesmente ignorar

seus comportamentos inadequados e enaltecer os adequados, os que merecem atenção (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

A linguagem é a faculdade de comunicar nossas ideias e pensamentos. Graças a ela as conquistas e progressos da humanidade, todos os conhecimentos adquiridos através dos séculos, são transmitidos de geração em geração, que os utilizam e aperfeiçoam para o seu bem-estar.

Surgindo a cada novo momento, novas técnicas, novas concepções que devem ser discutidas e interpretadas exigindo mais lógica, maior clareza e beleza de expressão. É, pois imprescindível ao indivíduo ter a linguagem bem desenvolvida, clara e lógica para alcançar uma vida produtiva e feliz dentro de sua comunidade e de acordo com sua época (PELLEGRINI, 2001).

A Psicopedagogia é uma ciência que estuda o processo de aprendizagem humana, sendo o seu objetivo de estudo o ser em processo de construção do conhecimento. O psicopedagogo tem como função observar e avaliar a necessidade da escola, dando assistência aos profissionais e trabalhando para a melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem e também para a prevenção dos problemas de aprendizagem (SAVIANI, 2001).

Ele deve contribuir para a compreensão de problemas na sala de aula, para que o professor possa encontrar alternativas de ação e analisar como as demais técnicas podem intervir no diagnóstico dos distúrbios de aprendizagem. Assim, pode-se entender que o trabalho do psicopedagogo é de caráter preventivo, procurando criar habilidades para resolver problemas, envolvendo a preparação de profissionais da educação ou atuando dentro da escola, orientando os pais e estabelecendo contato com outros profissionais das áreas psicológica, psicomotora, fonoaudiológica e educacional (SILVA, 1998).

É a função do professor, o dever de estar cada vez mais atento com a necessidade dos alunos e estar em constante aprendizado enriquecendo e melhorando sua atividade profissional como professor, estar sempre aberto para as novidades, vivenciando novas experiências e principalmente favorecendo o aprendizado dos educandos, deve estar também apreensível com a integração com o aluno, proporcionando a eles possibilidades de tornarem atuantes, com ideias próprias, raciocínio flexível e seres mais confiantes e felizes (TFOUNI, 2001).

Qualquer dificuldade escolar (independente das causas) deve ser motivo de preocupação de todos os responsáveis pela educação envolvendo professores, diretores, coordenadores e familiares na tentativa de elaborar uma estratégia de ajuda, que auxilie a criança a superar os obstáculos que vão tornando impossível o ato de aprender a ler e a escrever (SAVIANI, 2001). Apresenta-se alguns princípios que poderá auxiliar a tarefa do educador:

- O educador deve estar motivado e preocupado em atrair e tornar os alunos interessados para aprender.
- O professor atual deve ser um pouco ator, humorista, criar situações para que participem ativamente das aulas. O importante é não cair na rotina da sala de aula puramente expositiva, sem atrativo algum, como nos velhos tempos.
- Envolver os pais para o aprendizado escolar dos seus filhos. A educação de uma criança, em todos os sentidos, deve nascer no seio familiar e se estender a todos os ambientes que ela frequentar.
- Saber lidar com os alunos com dificuldades no aprendizado, mais uma vez, aqui o professor terá de mostrar seu talento, versatilidade e compreensão para perceber, colaborar com a individualidade de seus alunos.
- Saber agir com crianças que fazem de tudo para chamar a atenção na sala de aula – a forma mais eficaz de lidar com essas crianças é simplesmente ignorar seus comportamentos inadequados e enaltecer os adequados, os que merecem atenção.

A linguagem é a faculdade de comunicar nossas ideias e pensamentos. Graças a ela as conquistas e progressos da humanidade, todos os conhecimentos adquiridos através dos séculos, são transmitidos de geração em geração, que os utilizam e aperfeiçoam para o seu bem-estar. Surgindo a cada novo momento, novas técnicas, novas concepções que devem ser discutidas e interpretadas exigindo mais lógica, maior clareza e beleza de expressão. É, pois imprescindível ao indivíduo ter a linguagem bem desenvolvida, clara e lógica para alcançar uma vida produtiva e feliz dentro de sua comunidade e de acordo com sua época (SCOZ, 1994).

A psicopedagogia é a aplicação da psicologia experimental à pedagogia e é utilizada com o intuito de definir um procedimento. Ela surge com o interesse de ser uma nova área de conhecimento independente, preocupada em estudar

e solucionar problemas decorrentes da aprendizagem, procurando integrar conhecimentos produzidos por diversas áreas e fazendo uso de instrumentos de diagnóstico e de intervenção próprios, onde foram utilizados até hoje pela pedagogia e psicologia (TURECKI, 1990).

De maneira histórica, a intervenção psicopedagógica ocorre constantemente na assistência às pessoas que apresentam dificuldades de aprendizagem, tanto no diagnóstico quanto na terapia. Diante do baixo desempenho acadêmico, alunos são encaminhados pelas escolas que frequentam, com o objetivo de elucidar a causa de suas dificuldades. A questão fica, desde o princípio, centrada em quem aprende, ou melhor, em quem não aprende (BARKLEY, 2002).

Diferente de estar com dificuldade, o aluno manifesta dificuldades, revelando uma situação mais ampla, onde também se inscreve a escola, parceira que é no processo da aprendizagem. Portanto, analisar a dificuldade de aprender inclui, necessariamente, o projeto pedagógico escolar, nas suas propostas de ensino, no que é valorizado como aprendizagem. A ampliação desta leitura através do aluno permite ao psicopedagogo abrir espaços para que se disponibilize recursos que façam frente aos desafios, isto é, na direção da efetivação da aprendizagem. Porém, apesar do esforço que as escolas tradicionalmente dispõem na solução dos problemas de aprendizagem, os resultados do estudo psicopedagógico têm servido, muitas vezes, para diferentes fins, sobretudo, quando a escola não se dispõe a alterar o seu sistema de ensino e acolher o aluno nas suas necessidades. Assim, se a instituição consagra o armazenamento do conteúdo como fator de soberania, os resultados do estudo correm o risco de serem compreendidos como a confirmação das incapacidades do aluno de fazer frente às exigências, acabando por referendar o processo de exclusão (YUNES; SZYMANSKI, 2001).

O estudo psicopedagógico atinge plenamente seus objetivos quando, ampliando a compreensão sobre as características e necessidades de aprendizagem daquele aluno, abre espaço para que a escola viabilize recursos para atender as necessidades de aprendizagem. Desta forma, o fazer pedagógico se transforma, podendo se tornar uma ferramenta poderosa no projeto terapêutico (AMORIM, 1999).

O que se percebe é que muitas mudanças estão acontecendo nos últimos anos. Há uma realocação do conceito de aprender, da função do ensinar, onde o psicopedagogo deve conseguir dar conta da diversidade, do heterogêneo, possibilitando o aprender coletivo, a riqueza da troca, o aprender com o outro. O professor deixa de ser apenas o difusor do conhecimento e vive o fazer pedagógico como o espaço para a estimulação da aprendizagem. O aluno deixa de ser um problema e passa a ser uma oportunidade de aprendizagem para o professor. Refletindo acerca dos resultados, numa ação conjunta com o psicopedagogo, o professor se sente desafiado a repensar a prática pedagógica, inscrevendo a possibilidade de novos procedimentos (BOSSA, 1994).

Para o psicopedagogo, a experiência de intervenção junto ao professor, num processo de parceria, possibilita uma aprendizagem muito importante e enriquecedora, sobretudo quando os professores são especialistas nas suas disciplinas (COLL, 1994).

A proposta de programas psicopedagógicos como o ensino alternativo tem por finalidade tentar ajudar as crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem a superarem tais problemas, com menor prejuízo ao seu desenvolvimento. Ao estudar as características comportamentais e as autopercepções relativas ao autoconceito de tais crianças, em dois momentos distintos, buscou-se avaliar o impacto desse programa para o comportamento e o autoconceito dessas crianças. É importante ressaltar que, a intervenção psicopedagógica veio introduzir uma contribuição mais rica no enfoque pedagógico. O processo de aprendizagem da criança é compreendido como um processo abrangente, implicando componentes de vários eixos de estruturação: afetivos, cognitivos, motores, sociais, políticos etc. A causa do sucesso de aprendizagem, bem como de suas dificuldades, deixa de ser localizada somente no aluno e no professor e passa a ser vista como um processo maior com inúmeras variáveis que precisam ser apreendidas com bastante cuidado pelo professor e psicopedagogo (MARCELINO, 1998, p. 48).

O educador já não se defronta com um processo linear de crescimento e desenvolvimento, tanto no desenvolvimento intrínseco como na expressão, mas com um realizar-se descontínuo no qual fases e períodos se entrecruzam, se opõem dialeticamente, oposições de que resulta uma nova estruturação (MARCELINO, 1998, p 49).

Segundo Oliveira (1995, p. 18) existem alguns aspectos fundamentais deste processo, onde o fundamental “é perceber o aluno em toda a sua singularidade, captá-lo em toda a sua especificidade em um programa direcionado a atender as suas necessidades especiais”.

É a percepção desta singularidade que vai comandar o processo e não um modelo universal de desenvolvimento. Na intervenção psicopedagógica deve-se evitar as chamadas “profecias autorrealizadoras”, isto é, prognósticos que o professor lança a respeito do processo de desenvolvimento de seu aluno sem levar em consideração o seu desempenho (DROUET, 2000).

É preciso que o psicopedagogo também altere a sua forma de conceber o processo de ensino-aprendizagem. Ele não é um processo linear e contínuo que se encaminha numa única direção, mas, sim, multifacetado, apresentando paradas, saltos, transformações bruscas etc. (FERNANDEZ, 1991).

O processo de ensino-aprendizagem inclui também a não-aprendizagem, ou seja, a não-aprendizagem não é uma exceção dentro do processo de ensino-aprendizagem, mas se encontra estreitamente vinculada a ele. O aluno pode se recusar a aprender em um determinado momento. O chamado fracasso escolar não é um processo excepcional que ocorre no sentido contrário ao processo de ensino-aprendizagem. Constitui, sim, exatamente a outra face da mesma moeda, o seu lado inverso. O saber e o não-saber estão estreitamente vinculados. O não-saber se tece continuamente com o saber. Com isto, pretende-se dizer que o processo de ensino-aprendizagem, do ponto de vista psicopedagógico, apresenta sempre uma face dupla: de um lado, a aprendizagem, e do outro, a não-aprendizagem (MARCELINO, 1998).

A aprendizagem coloca em foco as diferentes dimensões do aprendiz sob a ótica integradora dos aspectos cognitivo, afetivo, orgânico e social. O “olhar” sobre estes aspectos, ao mesmo tempo que relativiza a importância da escola na aprendizagem, coloca em foco a importância de toda a reunião de fatores extraclasse que interferem no processo de construção do conhecimento e do papel de aprendiz (ALARCÃO, 2003).

Ao considerar a aprendizagem como um processo articulado ao momento do aprendiz, a sua história e as suas possibilidades sob o aspecto cognitivo, afetivo e social, a Psicopedagogia, segundo Silva (1998, p. 59),



Rompe a ligação ensino-aprendizagem, porque, tanto o aprender como processo quanto o processo de construção do conhecimento não têm relação necessária com o ensinar e, finalmente, porque ambos os processos antecedem e ultrapassam o ensinar.

Passando a existir a necessidade de o psicopedagogo investigar com profundidade os contextos do aprendiz e tentar reuni-los em uma síntese que retrate o momento desse aprendiz, ao mesmo tempo que viabiliza a aprendizagem.

Para aprender, o aluno precisa estar apto a fazer um investimento pessoal no sentido de renovar-se com o conhecimento. Implica um movimento que envolve, tanto a utilização dos recursos cognitivos mesclados com os processos internos, quanto com suas possibilidades sócioafetivas. Vale dizer que a aprendizagem vai acontecendo à medida que o educando vai construindo uma série de significados que são resultados das interações que ele fez e continua fazendo em seu contexto social (BOSSA, 1994).

Popularizou-se a visão de que não basta e nem é garantia de sucesso escolar um ambiente doméstico favorável materialmente aos estudos, e uma professora interessada e competente para que a aprendizagem aconteça com sucesso. Desta forma, trabalha-se com a possibilidade do modelo de aprendizagem não se caracterizar como algo de cunho somente individual, mas também como um modelo desenvolvido em uma rede de vínculos que se estabeleceu em família (BASSEDAS, 1996).

É a família que dará noções de poder, autoridade, hierarquia, funções que têm diferentes níveis de poder e onde aprendem habilidades diversas. Aprendem ainda a adaptar-se às diferentes circunstâncias, a flexibilizar, a negociar. Enfim, desenvolverá o pertencimento da criança ao seu núcleo familiar. À medida que a criança vive em família e se submete aos seus rituais, processo e desenvolvimento, ela vai se individualizando, diferenciando-se em seu sistema familiar. Quanto mais as fronteiras entre os membros da família estiverem nítidas, mais possibilidade de individualizar-se a criança terá. Se tiver irmãos, é a oportunidade de experimentar relações com iguais (COLL, 1994).

É neste cenário que a criança constrói o seu modelo de aprendiz e a forma como ela se relaciona com o conhecimento. Para a família do aluno, a escola tem uma simbologia e um significado que estará presente na forma de “ser aluno”

e na sua forma de participação nas atividades escolares. A maneira pela qual a criança se integra e se entrega ao seu processo de aprender está diretamente relacionado à capacidade desenvolvida em família de viver o coletivo compactuado. Para a escola do aprendiz, a família é a matriz indispensável para que o trabalho de construção do cidadão aconteça. Toda a riqueza do desenvolvimento da criança se inicia na família e vai se fortificando à medida em que esta vai estabelecendo sua rede relacional que, na sequência, acontece na escola e se expande para além dela. É em relação com seus pares e em um contexto democrático que a criança consolida o seu papel social de cidadã. Porém, de uma forma geral, a escola não vê com bons olhos interferências pedagógicas suscitadas pela família que, por sua vez, nem sempre aceita orientações psicopedagógicas de caráter formativo da escola (PELLEGRINI, 2001).

Nesse jogo de forças quem perde são os alunos e, conseqüentemente, todos os envolvidos. O sucesso está na unidade e na coerência de atitudes. Eis um desafio constante que, sem dúvida, merece ser perseguido. Considera-se que, existe uma necessidade de novos estudos abordando fatores familiares e ambientais de crianças com dificuldades escolares e suas redes sociais de apoio, além de outros estudos que abordem as peculiaridades de programas de suporte no que diz respeito às modalidades de intervenção quanto ao conteúdo acadêmico e à socialização. Ressalta-se ainda que, estudos prospectivos longitudinais de maior duração e com mais avaliações poderiam responder com mais propriedade sobre o impacto no desenvolvimento infantil de programas dessa natureza (SILVA, 1998).

Conclui-se que as crianças com dificuldades escolares que frequentaram por um ano o suporte psicopedagógico - Ensino Alternativo, após aproximadamente três anos, estavam significativamente melhores quanto aos aspectos comportamentais e de autoconceito, caracterizando assim o impacto positivo e a efetividade de tal programa como fonte de proteção ao desenvolvimento dessas crianças.

Com este estudo de seguimento pode-se, a médio prazo, caracterizar a contribuição positiva do suporte psicopedagógico oferecido na escola, o que é relevante para a atuação prática no contexto escolar, a medida em que a

avaliação das práticas escolares se constitui em um importante recurso de validação dos investimentos públicos em educação.

## **2.1 METODOLOGIA**

A metodologia foi a pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa, pesquisando em livros e artigos científicos dos últimos 15 anos.

## **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As escolas atualmente têm se mostrado muito preocupada com a realidade dos alunos com dificuldades e estão providenciando algumas mudanças, porém, estas mudanças têm ocorrido de forma lenta, portanto, os resultados têm-se mostrado mínimo diante dos índices do fracasso escolar.

O conhecimento se constrói através da disponibilidade em aprender. Nesse sentido, faz-se necessário pensar e refletir nos métodos que facilite o trabalho pedagógico e que leve o aluno a um desenvolvimento adequado e de acordo com sua necessidade. Talvez seja necessária a miscigenação de métodos e técnicas para que possibilite cada vez mais a perfeição da prática do professor, aguçando o desejo de aprender cada vez mais para poder transformar.

Durante a realização da presente pesquisa, pude estar constatando que alunos que encontram distúrbios de aprendizagem na área da linguagem, demonstram dificuldade de movimento ao executar tarefas simples, que os demais alunos realizam com bastante naturalidade, este também, costumam apresentar dificuldade na fala, não compreendem bem um ditado realizado em sala de aula, assim como não consegue ler de certa distância o quadro negro. Analisar estas dificuldades é algo simples, e que muitas vezes, os professores não se atêm a este fato, não percebem que seus alunos são superexcitados ou muito quietos, não percebem que a dificuldade de aprendizagem de leitura e de escrita podem prejudicá-lo para sempre, se não detectado a tempo.

Em se tratando de criança o problema se avoluma, pois além de torná-la desajustada no meio em que vive, no lar, terá reflexos no seu aprendizado e no aproveitamento escolar. Isso ressalta o valor do professor que procura

estabelecer métodos de ajuda e conhecer uma solução dos problemas de linguagem de seus alunos.

Pode-se concluir que, a hiperatividade é um problema que deve ser controlado e que não tem cura, para isto, é necessário que esses comportamentos presentes na criança sejam observados cuidadosamente a fim de que seja feito o diagnóstico eficaz, pois este déficit pode advir de alguns fatores que não seja da hereditariedade, mas que também causam comportamentos hiperativos.

A criança hiperativa depara-se com muitos desafios ao ingressar na escola. Sentar na cadeira, prestar atenção, executar a tarefa pedida seguindo as regras da atividade proposta, requer o desenvolvimento de muitas habilidades. Professores e pais devem entender os esforços realizados pela criança hiperativa ao tentar seguir as normas e deveres solicitados; e por intermédio de seus conhecimentos, devem ajudar essa criança, resgatando de forma positiva as boas maneiras de conduta, transmitindo também segurança e confiança a essa criança. O papel do professor é fundamental para auxiliar no diagnóstico do TDAH, visto que, a hiperatividade fica mais evidente no período escolar, quando é preciso aumentar o nível de concentração para aprender.

O professor será o elo principal entre a família e o médico especialista no tratamento dos distúrbios de aprendizagem, pois seu papel não é o de dar o diagnóstico, mas sim de esclarecer aos pais que este transtorno, se não for tratado, gerará inúmeras complicações para seu portador no convívio social.

A escola e a família trabalhando juntos com a criança, auxiliando no seu tratamento, na sua socialização, não esquecendo, porém, de estabelecer alguns limites que é necessário, pois esta criança vive numa sociedade cheia de regras e não deve se prevalecer às atitudes negativas, para complicar a vida dos outros, visto que, hoje em dia com o avanço das pesquisas sobre a hiperatividade, o tratamento ameniza o sofrimento e proporciona à pessoa com distúrbio uma vida mais tranquila. A sociedade atual nos impõe regras, paradigmas e modelos que devem ser adotados por cada indivíduo. Aquele que não se encaixa acaba sendo alienado desta convivência grupai, pois torna-se fácil excluir aquilo que não se enquadra no padrão predominante. Difícil é orientar, pesquisar e compreender o motivo pelo qual determinada pessoa não se encaixa, fechando

os olhos para um problema e deixá-lo no esquecimento, livrando-se de qualquer sinal de culpa.

Então, por conta dessa linha de pensamento, muitos pais e educadores não aceitam que seu filho ou aluno possui um problema que não só envolve déficit de atenção, atividade excessiva, mas também um problema de conduta, ou melhor descrevendo, o mau comportamento perante esta sociedade. Diante disso, muitos sentimentos acabam por interferir na compreensão e busca de solução para ajudar a criança com comportamentos hiperativos, tais como a culpa, o medo de saber que seu filho possui um déficit e o sentimento de incapacidade para encontrar ajuda eficaz. Essa barreira tão discriminatória deve ser quebrada, pois o medo de não se enquadrar nos parâmetros da sociedade, faz com que os pais e educadores não sintam-se capazes de ajudar a criança com comportamento hiperativo. que conseqüentemente poderá resultar em um tardio diagnóstico.

Estudando e fazendo as análises e interpretações, pode-se compreender o quanto é necessário que profissionais da educação conheçam as definições da hiperatividade, assim como seus sintomas, tratamentos e formas de intervenção, para que possam servir de apoio à essa criança e familiares, afim de ajudar de forma eficaz a aprendizagem dessa criança tão especial, que através de suas extremas atitudes, pede ajuda e compreensão mesmo fazendo estripulias e bagunças incabíveis. Conclui-se que a escola apresenta grande importância na vida destes alunos, onde através dela, com o apoio de uma equipe multidisciplinar, poderá contribuir para um avanço significativo na aprendizagem e no relacionamento familiar e social. Infelizmente, o que pode-se dizer a respeito dos distúrbios de aprendizagem é que apesar de não serem déficits novo, ainda é baseado em muitas hipóteses, experiências e testes, nada é exato, ainda há muito o que se aprender seus efeitos no contexto escolar. Entretanto, deve-se dar extrema importância aos estudos e pesquisas já feitos, levando em consideração sempre que cada criança é única e que só este detalhe, faz toda a diferença no que refere-se a encontrar e solucionar um problema, é preciso que tenha-se calma e dar um passo de cada vez rumo ao sucesso do tratamento da criança, sem pressa, sem ansiedade.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

AMORIM, A. **Fonoaudiologia Geral**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

BARKLEY, R.A. **Transtorno de Déficit de Atenção. Hiperatividade (TDAH): Guia Completo e Autorizado para os Pais, Professores e Profissionais da Saúde**. Trad. Luís Sérgio Roizman. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BASSEDAS, E. **Intervenção Educativa e Diagnóstico Psicopedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BAUER, J.J. **Dislexia. Ultrapassando as Barreiras do Preconceito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

BOSSA, N. **Psicopedagogia no Brasil: Contribuições a partir da Prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BRAGA, R. **O Comportamento Hiperativo na Infância**. Curitiba: Conscientiza, 1998.

CAMPOS, D.M.S. **O Teste do Desenho como Instrumento de Diagnóstico da Personalidade**. 41. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

CASTORINA, A.J.; FERREIRO, E.; LERNER, D.; OLIVEIRA, M.K. **Piaget-Vygotsky: Novas Contribuições para o Debate**. São Paulo: Ática, 1997.

COLL, C. **Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

CURTO, L.M.; MORILLO, M.M.; TEIXIDO, M.M. **Escrever e Ler: Como as Crianças Aprendem e como o Professor pode Ensiná-la a Escrever e Ler**. Vol.I. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DROUET, R.C.R. **Distúrbios da Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

FERNANDEZ, A. **A Inteligência Aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOLDSTEIN, S.; GOLDSTEIN, M. **Hiperatividade: Como Desenvolver a Capacidade de Atenção da Criança**. Trad. Maria Celeste Marcondes. 9. ed. Campinas-SP: Papirus, 2003.

LERNER, D. **Ler e Escrever na Escola: o Real, o Possível e o Necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LEI FEDERAL Nº 9394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MARCELINO, L. **Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio**. São Paulo: Pioneira, 1998.

OLIVEIRA, G.C. **Avaliação Psicomotora à Luz da Psicologia e da Psicopedagogia**. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, M.K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. 2.ed. São Paulo: Scipione, 1995.

PARÂMETRO CURRICULAR NACIONAL. Revista Nova Escola. Edição Especial.

PELLEGRINI, D. **Ler e Escrever de Verdade**. Revista Nova Escola. São Paulo: setembro de 2001.

PERRENOUD, P. **As Dez Competências**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANA, C.C. **Por que meu Filho não Aprende?** Blumenau-SC: Eku, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e Realidade Escolar, o Problema Escolar e de Aprendizagem**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

SILVA, M.C.A. **Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

TFOUNI, V.L. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001.

TURECKI, S. **A Criança Difícil. Uma Nova Abordagem Passo a Passo**. Trad. Carlos Fernando Ferrero Cavedon, et al. São Paulo: Maltese, 1990.

YUNES, M.A.M.; SZYMANSKI, H. **Resiliência: Noção, Conceitos Afins e Considerações Críticas**. Em J. Tavares (Org.), Resiliência e Educação (pp. 13-42), São Paulo: Cortez, 2001.